



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO  
PROCURADORIA DE ACESSORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 435, DE 22 DE MAIO DE 2024.

*Dispõe sobre a concessão de reajuste, de pagamento de abono e revisão de padrão de vencimento dos cargos públicos de provimento efetivo, funções, empregos públicos e dos cargos de provimento em comissão da Administração Direta e Indireta de Direito Público, e dá outras providências.*

**ROGÉRIO LINS**, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei complementar,

**Art. 1º** Esta Lei Complementar dispõe sobre concessão de reajuste, de pagamento de abono e de revisão de padrão de vencimentos dos servidores de cargos públicos de provimento efetivo, funções, empregos públicos e dos cargos de provimento em comissão da Administração Direta e Indireta de Direito Público no Município de Osasco.

**Art. 2º** Fica concedido o reajuste de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) aos vencimentos de todos os cargos públicos de provimento efetivo, funções, empregos públicos e cargos de provimento em comissão da Administração Direta e Indireta de Direito Público no Município de Osasco.

**Art. 3º** O padrão inicial de vencimento A01 dos empregos públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate a Endemias, constantes da Lei Complementar nº 377, de 26 de dezembro de 2019, passam a vigorar com o valor de R\$ 2.993,29 (dois mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e nove centavos).



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

### PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO PROCURADORIA DE ASSESSORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA

Parágrafo único. O valor definido no *caput* deste artigo já contempla o reajuste previsto no art. 2º desta Lei Complementar.

**Art. 4º** Fica prorrogada a concessão de abono, implementado pela Lei Complementar nº 262, de 23 de maio de 2013, aos servidores cujos vencimentos, correspondentes ao padrão inicial de seu cargo, emprego ou função, sejam inferiores a R\$ 1.755,80 (mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos) e atendam, cumulativamente, às seguintes condições:

I - estejam em efetivo exercício;

II - tenham trabalhado, no mínimo, 15 (quinze) dias no período correspondente ao fechamento da respectiva folha de pagamento;

III - não estejam nomeados ou designados para cargo em comissão ou função gratificada.

§ 1º O valor do abono mencionado no *caput* deste artigo será obtido a partir da diferença entre o parâmetro adotado de R\$ 1.755,80 (mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos) e valor do vencimento do padrão inicial de seu cargo, emprego ou função, acrescido das parcelas remuneratórias permanentes a título de Adicional de Risco de Vida e a título de Diferença de Incorporação de padrão de vencimentos (art. 28 da Lei Complementar nº 6/1991).

§ 2º O abono será percebido também no período correspondente às férias e no pagamento do 13º salário.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

### PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

#### PROCURADORIA DE ASSESSORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA

§ 3º O abono não integrará os vencimentos ou salários de servidores, nem será considerado para apuração de demais vantagens pecuniárias.

§ 4º O abono não incidirá no cálculo relativo ao terço (1/3) constitucional de férias, encargos previdenciários e proventos decorrentes de aposentadoria ou pensão.

**Art. 5º** Aos proventos decorrentes de aposentadorias e pensões será assegurada a paridade em relação aos servidores no efetivo exercício de seus cargos, nos termos da legislação previdenciária vigente, excetuando-se o disposto no art. 4º desta Lei Complementar.

**Art. 6º** A Secretaria de Administração deverá proceder a republicação de todas as Tabelas de Vencimentos com a incorporação do reajuste linear ora efetivado, assim como publicá-las na Imprensa Oficial do Município de Osasco - IOMO.

**Art. 7º** As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas para o pagamento do quadro de pessoal, podendo ser suplementadas, na forma do orçamento em vigor, se necessário.

**Art. 8º** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, cujos efeitos vigorarão a partir de 1º de maio de 2024.

Osasco, 22 de maio de 2024.

**ROGÉRIO LINS**

**Prefeito**